

# HISTÓRICO DE UM RANCOR: ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS E O TRABALHISMO AMAZONENSE (1954-1964)

VINICIUS ALVES DO AMARAL<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo pretende oferecer uma análise sobre a perspectiva do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis em relação à política partidária na Amazônia, em especial sobre o movimento trabalhista que se consolidou no estado Amazonas entre 1954 e 1964. A chave de compreensão para entender a visão de Arthur Reis será o ressentimento tal como definido por Pierre Ansart em seus estudos sobre paixões políticas. Sustentamos a hipótese de que a experiência enquanto Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi essencial para moldar o rancor do historiador para com o movimento liderado por Plínio Ramos Coelho.

**Palavras-chave:** Arthur Cezar Ferreira Reis; Trabalhismo; Amazonas; Ressentimento.

## Resumen

El presente artículo pretende ofrecer un análisis sobre la perspectiva del historiador Arthur Cezar Ferreira Reis en relación a la política partidista en la Amazonía, especialmente sobre el movimiento obrero que se consolidó en el estado de Amazonas entre 1954 y 1964. La clave para entender para entender Arthur Reis será el resentimiento tal como lo define Pierre Ansart en sus estudios sobre las pasiones políticas. Apoyamos la hipótesis de que la experiencia como Superintendente del Plan de Valorización Económica Amazónica (SPVEA) fue fundamental para moldear el rencor del historiador hacia el movimiento liderado por Plínio Ramos Coelho.

**Palabras-clave:** Arthur Cezar Ferreira Reis; Trabalhismo; Amazonas; Resentimiento.

*O rancor é qual ébrio em sórdida taverna,  
Que quanto mais bebeu inda mais sede tem,  
Vendo-a multiplicar como a hidra de Lerna  
(O tonel do Rancor, Charles Baudelaire).*

No jardim das “flores do mal” colhidas por Charles Baudelaire, o rancor com certeza não poderia faltar. Dentre as muitas formas que esse sentimento poderia ter sido representado pelo poeta, este escolheu materializá-la no alcóolatra, aquele que se afoga à prestação.

Eis uma característica essencial do rancor ou do ressentimento, se o preferir, é justamente a sua longa preparação, o que o diferencia da ira, que irrompe imediatamente.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e graduado em História pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte). E-mail: viniciuscarqueija@gmail.com



Trata-se de um sentimento que demanda tempo e memória, elementos nada estranhos ao historiador.

Humano, demasiado humano, o historiador não está imune ao ressentimento, embora a imagem que tenha se construído no imaginário social não o retrate como alguém sentimental. Muito pelo contrário. As paixões cegam a objetividade, já alertavam muitos manuais de História do século retrasado. Formado por estes livros, Arthur Cezar Ferreira Reis (1906-1993) subscrevia tais palavras, mas na prática tudo era mais complexo.

Por mais que advogasse, a História como ofício a ser realizado distanciando-se de convicções, Arthur Reis defendia sua tese de forma ardorosa. Para Reis, a Amazônia seria uma conquista territorial e cultural triunfante legada pela Coroa portuguesa ao Brasil. Um legado que foi menosprezado pelo governo brasileiro (DANTAS, 2014, p. 62-64).

Mas, apesar de podermos identificar certo ressentimento do historiador amazonense com o governo da Primeira República, por seu liberalismo exagerado que permitiu que os estados do Norte definhassem durante a crise da borracha (REIS, 1977), o presente artigo não pretende abordar a presença dessa paixão em sua escrita – o que, sem dúvida, seria fascinante –, mas sim em sua prática política.

Sim, pois além de ter sido historiador, Arthur Reis também foi um homem político. Nesse quesito muitos citam o seu mandato como governador do Amazonas entre 1964 e 1967 como sua única participação na política. Seria essa uma perspectiva muito estreita, uma vez que assumiria a política apenas como o exercício de cargos políticos.

No caso, nosso foco recairá especialmente sobre sua atuação enquanto diretor da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Nossa hipótese é de que a experiência de Arthur Reis durante esse momento foi pautada pelo signo do ressentimento, especialmente contra o movimento trabalhista regional. As principais fontes analisadas serão tanto suas obras quanto seus documentos pessoais, especialmente cartas.

Essas fontes se encontram no Acervo Arthur Cezar Ferreira Reis (ACFR) pertencente ao Centro Cultural dos Povos da Amazônia em Manaus, constituindo um verdadeiro tesouro para pesquisadores da história recente do Amazonas. A propósito, minha tese de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) versa justamente sobre a trajetória pública de Arthur Reis, portanto, esses documentos são essenciais para a minha pesquisa.

Antes de iniciarmos seria necessário esclarecer que pela limitação de tempo e espaço optamos por nos concentrar mais no aspecto da sensibilidade na trajetória de



Arthur Reis, mas isso não significa que a elegemos como única esfera a ser contemplada para analisar tanto a vida política de Reis quanto os acontecimentos políticos do período.

Felizmente há uma sólida bibliografia sobre Arthur Reis que contempla aspectos variados da racionalidade deste personagem, especialmente no tocante à sua trajetória intelectual e em sua obra historiográfica.<sup>2</sup> O que pretendemos aqui é justamente explorar as imbricações entre a racionalidade e a sensibilidade nesse painel que a experiência de Arthur Reis descortina diante de nós.

### **Uma questão sensível: o ressentimento como conceito histórico**

René Remond (2003, p. 446) reconhece que os sujeitos podem ser “movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias”. Para Jean-François Sirinelli (2003, p. 250) “a atração e a amizade, e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo” nas relações tecidas no “mundo estreito” dos intelectuais, atores sociais cruciais no jogo político.

Estas considerações permitiram que a História Política e a História Cultural se interligassem depois de anos de antagonismo. Como se vê, não se trata de abandonar a racionalidade do mundo político, mas de também contemplar o papel das sensibilidades. Mas o que se entende por sensibilidades? Conforme Sandra Pesavento:

As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário da percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos (...). As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada (PESAVENTO, 2004).

Confrontando conceitos oriundos da Filosofia e da Psicanálise, Pierre Ansart (2005, p. 18) definiu o ressentimento como “um conjunto de ‘sentimentos’ em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência (...)”. Segundo Ansart, o ressentimento pode ter uma dimensão tanto individual quanto coletiva. Nesse sentido, seria interessante pontuar até que ponto o rancor para com o trabalhismo em Arthur Reis se deve a uma experiência pessoal ou aos valores de seu grupo social.

---

<sup>2</sup> Sobre a trajetória de Arthur Reis ver: SOUZA, 2009; DANTAS, 2014. Sobre a obra de Arthur Reis ver: LEAL, 2007; GOMES, 2009; LOBATO, 2009. LEAL, Davi Avelino.



O historiador era filho de nomes proeminentes da elite comercial amazonense: Vicente Torres da Silva Reis, proprietário do *Jornal do Comércio*, e Emília da Silva Ferreira, filha do seringalista Cosme Ferreira (DANTAS, 2014, p. 30). No interior desse grupo social não era raro o sentimento de rancor para com as oligarquias do Sudeste, então no controle da União, que não atendiam aos reiterados apelos de valorização econômica da borracha diante da crise. Em muitos casos, a reprovação também se voltou para o liberalismo.

A adesão da elite amazonense ao movimento que trouxe Getúlio Vargas ao poder foi grande, principalmente por que ele trazia em seu bojo a proposta de centralização política. Essa ideia era interessante para as oligarquias locais na medida em que poderia permitir o tão esperado auxílio do Estado na economia gomífera.

A partir de 1939, Arthur Reis passou a integrar o quadro administrativo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na qualidade de inspetor de seguros do comércio. No mesmo ano ele se mudou para Belém e, finalmente, em 1945 se fixou com a família no Rio de Janeiro (DANTAS, 2014, p. 30). Portanto, Arthur Reis estava intrinsecamente envolvido com o projeto varguista. Como poderia então se opor ao trabalhismo, ideologia gestada no próprio Ministério do Trabalho?

A proposta do Ministério do Trabalho era claramente corporativista, segundo Angela de Castro Gomes. Representava a disposição do Estado em conceder direitos aos trabalhadores como forma de minar a influência que detinham entre esse grupo social os comunistas e anarquistas (GOMES, 2005, p. 163). Os direitos trabalhistas eram transformados na materialização da benevolência do governante, que, nessa economia da tutela, deveria ser retribuída em apoio expresso, seja nos desfiles ou em votos.

Com a possibilidade do fim do Estado Novo a partir de 1942, o Ministério do Trabalho passou a se articular para criar um partido. Mas a pressão para que Vargas abandonasse o poder o quanto antes acelerou o processo de redemocratização e tumultuou essa iniciativa. Dentre os partidos que surgiram em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é um dos últimos a ser fundado.

A União Democrática Nacional (UDN) reuniu elementos liberais e antigetulistas, enquanto o Partido Social Democrático (PSD) herdou a camada política mais fisiológica do Estado Novo, o que lhe conferia vitórias na maioria dos municípios. Há uma visão ainda muito poderosa sobre a República Democrática que situa a UDN e o PTB como agremiações antagônicas, enquanto o PSD ocuparia o centro do espectro político. No



entanto, os partidos não são monolíticos e entre 1945 e 1964 passaram por inúmeras transformações.

Vejam os casos do Amazonas. Álvaro Maia, o mais duradouro interventor local durante o Estado Novo, era o líder do PSD e como consequência detinha sob seu domínio o controle de boa parte das prefeituras<sup>3</sup>. Contra o poder pessedista amazonense é celebrada uma aliança entre a UDN e o PTB para as eleições de 1947 (ROLIM, 2006). A Coligação Udeno-Popular demonstra o quanto o peso das peculiaridades regionais deve ser considerado na análise sobre o período.

Vitoriosa, a coligação elegeu Leopoldo Neves do PTB como governador, mas gradativamente surgiu um desconforto dos trabalhistas para com seu correligionário, por este beneficiar mais os udenistas que eles com cargos em seu mandato. A aliança é desfeita nas eleições de 1950 para que o PTB apoie o candidato do PSD, Álvaro Maia. Realizando mandato pouco expressivo, Maia começou a ser criticado por deputados trabalhistas, como Plínio Ramos Coelho<sup>4</sup>. Em 1954, Plínio Coelho se candidatou a governador e venceu o pleito (ROLIM, 2006).

Plínio Coelho tentou realizar um governo progressista e conquistou o apoio dos funcionários públicos e alguns trabalhadores do Porto de Manaus, mas seu sucessor e discípulo, Gilberto Mestrinho, foi muito mais popular quando se tornou governador em 1958.<sup>5</sup> Mestrinho apoiava abertamente as greves dos estivadores e dos condutores de automóveis, o que melindrou sua imagem entre a classe patronal amazonense (QUEIRÓS, 2020, p. 17).

Nesse sentido, Mestrinho representava uma novidade no interior do trabalhismo que vinha sendo gestada não só no Amazonas. Conforme Angela de Castro Gomes (1994, p. 139), o suicídio de Vargas fez com que o PTB perdesse sua âncora eleitoral. Para Maria Celina Araújo (1992, p. 192), um dos caminhos adotados pelo partido para contornar a situação foi a aproximação com os movimentos sociais, gerando um trabalhismo mais “politizado”.

---

<sup>3</sup> Álvaro Botelho Maia foi um jornalista e poeta amazonense que iniciou sua carreira política como governador indicado pelo Governo Provisório instalado no país com a Revolução de 1930. Maia renunciou em 1931, mas foi eleito governador em 1935 e permaneceu no cargo até 1945, sendo reeleito em 1950 (BATISTA, 1984).

<sup>4</sup> Plínio Ramos Coelho foi um advogado amazonense que iniciou sua carreira política como deputado estadual em 1947, posteriormente tornando-se deputado federal e governador do estado em duas ocasiões (entre 1954 e 1958 e entre 1963 a 1964) (QUEIRÓS, 2016).

<sup>5</sup> Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo foi um professor amazonense que iniciou sua carreira política ao ser nomeado prefeito de Manaus por Plínio Coelho em 1957. Após encerrar seu mandato de governador em 1962, Mestrinho retornaria ao posto somente em 1982, reelegendo-se em 1991 (TORRES, 2009).



Uma desavença entre Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho em torno dos candidatos à presidência em 1960 motivou uma cisão no interior do trabalhismo amazonense, evento que mesmo diante do apoio de inúmeras lideranças nunca foi devidamente superado.<sup>6</sup> Segundo estudos recentes, a força do trabalhismo amazonense foi minada a partir de então, permitindo a derrocada do movimento após 1964 no estado (QUEIRÓS, 2019, p. 82).

Adepto da centralização política e de uma modernização econômica a ser realizada de cima para baixo, Arthur Reis com certeza teria grandes ressalvas sobre a metamorfose do trabalhismo durante os anos 50. Sendo assim, seria mais óbvio que o ódio de Reis se voltasse contra Mestrinho e não Coelho, mas o que acontece é justamente o contrário.

Mas inicialmente o rancor de Arthur Reis era muito mais abrangente. Em sua experiência de observador e de participante da fundação da SPVEA fica perceptível que a política partidária, independente do aspecto ideológico de cada legenda, era a sua maior inimiga.

### **Competência em cheque: a política partidária no surgimento da SPVEA**

Na Assembleia Constituinte instalada em 1946, a bancada amazonense se uniu, apelando pela valorização econômica da Amazônia. Seus pedidos foram atendidos pelo artigo 199 da Constituição então promulgada, que instituiu que a União reservaria uma quantia não inferior a 3% de sua renda para a região por 20 anos. No entanto, o dispositivo constitucional ainda precisaria ser regulamentado por uma comissão de parlamentares.

Distante da política estadual, mas atento ao que vinha sendo discutido no Congresso, Arthur Reis acompanhou esse processo de negociação, guardando algumas críticas quanto ao que foi decidido e como foi decidido:

Quando os constituintes de 1946 sustentaram a tese dos planos quinquênios visando à valorização da Amazônia, do mesmo modo porque os constituintes que representavam os anseios do Nordeste sustentavam a necessidade de iguais medidas para lá, a aprovação do artigo proposto foi realizada não porque os constituintes tivessem compreendido a importância do que estavam deliberando, mas porque se fizera um trabalho de acomodação entre os vários grupos em choque. Houve mesmo necessidade de apelo do Chefe do Estado para que as forças majoritárias se decidissem no sentido da aprovação. E se recordarmos que a aprovação da lei complementar que regularia a aplicação

---

<sup>6</sup> Plínio Coelho defendeu a chapa encabeçada por Jânio Quadros, enquanto Gilberto Mestrinho apoiou Marechal Henrique Lott e João Goulart, atendendo a diretriz do PTB nacional. No entanto, a divergência pode ter se originado também do medo de Coelho ser ofuscado por seu discípulo (TORRES, 2009, p. 184).





dos recursos constitucionais demorou a ser aprovada seis anos... (REIS, 2001, p. 93).

Com a edição da Lei 1.806 em 1953, o Art. 199 da Constituição de 1946 foi finalmente regulamentando, definindo-se assim os termos da valorização econômica da Amazônia. A mesma lei também previa o órgão responsável por esse empreendimento: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Muitos pontos polêmicos precisavam ser debatidos, como a extensão real da Amazônia Legal brasileira. Por fim, ela ficou abrangida pelos estados do Amazonas, Pará e pelos territórios federais do Rio Branco (Acre), Amapá e Guaporé (Roraima), além de parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Segundo Arthur Reis tempos depois, a conceituação legal “atendia, nesse particular, à exigência da política partidária (...)”, pois a área abrangida por Mato Grosso correspondia “à zona de cerrado e não de floresta tropical” (REIS, 1983, p. 50).

Em texto do início da década de 1960, avaliando a existência da SPVEA, Arthur Reis definiria a valorização da Amazônia como uma obra de natureza política, técnica e regional. Política, pois devido a grandiosidade de sua ação demanda que seja conduzida pelo Estado, embora a iniciativa privada possa colaborar, mas nunca tomar as rédeas do processo. Regional, porque deveria respeitar as peculiaridades não só físicas, mas culturais dos estados e territórios por ela abrangidos. E por fim:

É técnica porque não pode ser promovida mantendo-se os sistemas de rotina até então em uso na região, antes exigindo, através da atuação de pessoal qualificado, planos de ação, programas de trabalho de campo em bases que não sejam resultantes do empirismo, mas o fruto da experiência alcançada nos laboratórios, nas usinas, nos centros de pesquisas e nas próprias tarefas diárias, a ensinarem o que deve ser feito (REIS, 2001, p. 168).

A concepção de política para Reis define-se como obra de Estado, não há menção aos partidos. No cerne dessa visão se encontra um pensamento enraizado no ambiente administrativo nacional desde a década de 1930, quando o projeto varguista instituiu órgãos para racionalizar o funcionalismo público. Carlos Henrique Paiva (2009, p. 787) a define como uma oposição entre uma “benéfica neutralidade do campo da técnica” e uma “espécie de desvirtuamento constante ou em potencial do campo da política”.

Formando-se enquanto funcionário público durante o Estado Novo, Arthur Reis demonstra ter sido também influenciado por essa concepção do mundo técnico. É a partir dessa perspectiva que podemos entender a sua desconfiança para com os partidos. Inicialmente, Reis nutria uma desconfiança para com as principais legendas do jogo



político. Desconfiança que evoluiu para o ressentimento a partir do momento em que adentrou a SPVEA.

Em 1953, o presidente Getúlio Vargas indicou para chefiar a recém-criada autarquia o secretário da Conferência Técnica sobre a Valorização Econômica da Amazônia, criada em 1951: Arthur Reis. Em outubro de 1954, próximo das eleições, o então senador paraense Joaquim Magalhães Barata questionou em discurso a escolha. Um historiador para um órgão técnico? Reis respondeu o parlamentar em uma longa missiva.

Em primeiro lugar, o superintendente revela que está consciente de que na origem dessa acusação se encontra o ressentimento, uma vez que um dos nomes cotados para chefiar a SPVEA era o de Waldir Bouhid, político ligado a Magalhães Barata. Só então, Reis aborda a questão de sua suposta “incompetência”:

Há uma pergunta que desejo formular: o que entende Vossa Excelência pela palavra técnico? (...) Porque a valorização econômica da Amazônia não é uma operação restrita à mobilização dos recursos da região, o que exigiria, é claro, a direção de um economista, mas uma operação ligada fundamentalmente a todo um largo programa de atividades que lhe são inerentes e sem os quais não teria sentido, não produziria os frutos que desejamos.<sup>7</sup>

Como se vê, Reis reitera a visão tradicional do campo técnico, que não se fundamenta somente em angariar fundos, mas executar tarefas devidamente ancoradas em métodos. Nesse sentido, o historiador identifica como a principal limitação para o exercício do desenvolvimento regional a influência da política partidária, que já se insinuava na fundação da SPVEA e na difícil aceitação de seu primeiro diretor. Ao longo da década, a tensão apenas se intensificaria.

### **A saga das verbas: a política partidária nos problemas internos da SPVEA**

A maior crítica dos representantes das elites amazônicas quanto à SPVEA residia no tocante ao atraso nos envios dos recursos materiais para fomentar o desenvolvimento em seus respectivos estados.

Rebatendo as acusações, Arthur Reis esclareceu em entrevista ainda no início de 1955 que não se tratava de uma indisposição de parte do órgão, mas algo muito mais básico e objetivo:

Não há tais atrasos. O que ocorre é que, de acordo com os próprios convênios, os pagamentos se processam em parcelas, geralmente quatro. A primeira paga no ato da assinatura, e a segunda em data convencionada; a terceira e a quarta,

<sup>7</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Carta ao Sr. Senador José Joaquim de Magalhães Barata*. Belém, 23 de Outubro de 1954. Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 50 II, p. 2.





porém, somente depois de examinadas e aprovadas as contas relativas aos primeiros pagamentos. O processo pode ser lento e difícil, mas é seguro (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 fev. 1955, p. 1.<sup>8</sup>

O próprio funcionamento da autarquia dependia de muitas engrenagens. O superintendente se reportava ao presidente da República e a uma Comissão de Planejamento, formada por 15 membros, sendo que seis deles seriam escolhidos pelo presidente e o restante, indicados pelos governadores do cinco estados e quatro territórios englobados pela autarquia (REIS, 2001, p. 167). No entanto a liberação das verbas precisava ser aprovada pelos congressistas e pelo diretor do Banco de Crédito da Amazônia, que transferiria a quantia solicitada à autarquia. Na hipótese de inércia ou hostilidade de algum desses elementos, o processo ficava muito mais moroso.

Um dos entreveros mais marcantes de Reis enquanto superintendente se deu com o então diretor do Banco de Crédito da Amazônia, Gabriel Hermes Filho, em 1954 por conta da resistência deste último em remeter à SPVEA o dinheiro do Fundo de Fomento à Produção. Numa cópia da carta enviada à Hermes Filho em agosto do mesmo ano, Reis enumerou cinco mentiras contadas pelo diretor na imprensa. Uma delas é sobre a declaração de Hermes Filho de que teria comparecido no gabinete de Reis e comunicado a entrega do plano para o Ministro da Fazenda. Sobre o que teria ocorrido de fato, Reis esclarece que:

(...) Vossa Senhoria compareceu ao meu gabinete a meu chamado para tratar do plano de aplicação. Nessa oportunidade, declarou Vossa Senhoria que não submeteu o plano ao exame da Comissão de Planejamento por entender que esta não tinha competência legal para tal.<sup>9</sup>

Ao que se depreende da carta, parece que Hermes Filho não estava atuando contra o superintendente, mas contra a Comissão de Planejamento, porque, segundo Reis, em outra reunião na qual foi cobrado do diretor um plano de aplicação das verbas, este teria lhe confessado que não o faria, pois não reconhecia a competência legal da Comissão.

Possivelmente, na raiz do desentendimento entre Hermes Filho e a Comissão de Planejamento se encontra um fator político, uma vez que o diretor do Banco de Crédito da Amazônia pertencia ao PTB, enquanto a maioria dos membros da comissão era pessedistas. No Pará, estado pelo qual Hermes Filho foi eleito, o PTB e a UDN se encontravam aliados do poder e perseguidos pela força pessedista, articulada e

---

<sup>8</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Grandes problemas da Amazônia*. Manaus, 11 Fev. 1955, p. 1.

<sup>9</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Carta reservada ao Sr. Gabriel Hermes Filho*. Belém, 14 Out. 1954, p. 2. Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 50 II.



consolidada pelo outrora interventor Joaquim Magalhães Barata (CUELLAR e PETIT, 2012, p. 174).

Mas se a política regional oferecia muitos entraves para o funcionamento do órgão, a situação era extremamente mais difícil a nível nacional. Entre 1953 e 1955, durante o mandato de Arthur Reis, uma sucessão vertiginosa de acontecimentos abalou o Brasil, a começar pelo atentado ao jornalista Carlos Lacerda da UDN, cuja repercussão culminou no suicídio do presidente Getúlio Vargas.

O vice-presidente, Café Filho, assumiu o poder, mas foi enredado gradativamente nos planos de elementos militares e civis que não desejavam que os herdeiros políticos de Vargas, Juscelino Kubistchek e João Goulart, fossem empossados, apesar de terem legitimamente vencido as eleições. Em novembro de 1955, militares e políticos tentam impedir a posse dos eleitos, mas são frustrados pelo Ministro do Exército, marechal Teixeira Lott.

Em meio a esse conturbado processo, a SPVEA deixou de receber as quantias reservadas para seu funcionamento pelo Banco do Brasil desde junho de 1955.

Mas a divergência não se dava apenas em torno dos recursos financeiros. Havia outro aspecto mais profundo colaborando para enfraquecer a SPVEA: a resistência à estratégia adotada pela autarquia para superar o subdesenvolvimento regional.

### **“Intrigas e informações canalhas”: a política partidária e o superintendente**

No mesmo ano em que se tornou superintendente, Reis havia publicado um trabalho encomendado pelo Serviço Nacional de Agricultura: *O Seringal e o Seringueiro*. Nessa volumosa obra, o historiador concluía que assim como o canal se tornou a maior expressão socioeconômica do Nordeste, o seringal era o símbolo da Amazônia (REIS, 1977, p. 76). Contudo, a fé cega no extrativismo ocasionou a crise pela qual os estados do Norte vinham passando. Era preciso diversificar as atividades econômicas locais.

Seu prognóstico era muito próximo das diretrizes estipuladas pela SPVEA para a recuperação da região amazônica. Contudo, a prática dos maiores representantes da elite comercial amazonense na política apontava para a persistência de uma visão ainda muito estreita, que preconizava uma política de valorização do extrativismo.

Até mesmo a proposta de criar em Manaus um porto franco, apresentada pelo deputado Pereira da Silva ao Congresso em 1951, reiterava esse caráter dependente da economia amazonense como tábua de salvação do estado. A bancada amazonense,



constituída por Plínio Coelho, Ruy Araújo, Antônio Maia, Pereira da Silva, Paulo Nery e Jaime Araújo, votou em peso no projeto, mas a sua aprovação ficou condicionada a regulamentação sobre seu raio de ação (QUEIRÓS, 2016, p. 51). Somente em 1957, o projeto seria remodelado: não seria mais um porto franco, mas uma zona franca.

Candidato a governador em 1954, o jovem deputado Plínio Ramos Coelho, que vinha conquistando a simpatia dos trabalhadores pela sua atuação como tribuno e como advogado trabalhista, oferecia um programa alternativo. Sua proposta era continuar investindo no setor extrativista, mas a maior parte do incentivo do governo deveria ser para a industrialização do Amazonas, apostando para tanto em empresas de sociedade mista em áreas estratégicas, como a alimentação (ROLIM, 2006, p. 98).

Plínio Coelho iniciou seu governo em 1955 realizando um saneamento moral do funcionalismo público, com o objetivo de enxugar a folha de pagamentos, para em seguida fundar as sociedades de economia mista com o auxílio financeiro da SPVEA. Contudo, a remessa de verbas não era constante, nem célere.

No entanto, a opinião pública demandava resultados imediatos. O próprio governador Plínio Coelho (apud ROLIM, 2006, p. 114), frustrado com a lenta participação da SPVEA na criação das sociedades de economia mista, declarou em fevereiro de 1955 que “até aqui a Valorização é para nós um organismo inútil, superfetação”.

Em outubro de 1955, Arthur Reis, que estava trabalhando na sede da SPVEA em Belém, foi a Manaus conversar com o governador sobre os convênios passados e futuros, mas não conseguiu, pois Coelho não se encontrava no Palácio Rio Negro. De volta à capital paraense, Reis recebeu uma carta de Newton Vieiralves sobre o ocorrido com maiores detalhes:

Um funcionário do Palácio informou ao [Chrisólogo] Gastão [de Oliveira], em caráter de absoluta confiança, que o Sr. Plínio Coelho estava despachando quando v. chegou. Não o quis receber, essa que é a verdade. Conversando com o Isaac Sabbá lancei-lhe a isca e obtive a mesma confirmação.<sup>10</sup>

Pesava sobre Reis a suspeita de que estivesse sabotando o governo trabalhista no Amazonas e pessedista no Pará por motivos meramente políticos, uma vez que seus colaboradores mais íntimos pertenciam à UDN: o Secretário da SPVEA no Rio de Janeiro, Alberto Resende Rocha, era filiado ao partido, bem como Newton Vieiralves, o

---

<sup>10</sup> VIEIRALVES, Newton de Menezes. *Carta a Arthur Cezar Ferreira Reis*. Manaus, 24 Set. 1955, p. 2. Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 50 II.



chefe da Direção de Manaus da SPVEA, e Inocêncio Machado Coelho, o Secretário da SPVEA em Belém.<sup>11</sup>

Até o presente momento não há nada nos arquivos de Arthur Reis ou da UDN, localizados atualmente no IHGB, que comprove o vínculo oficial com o partido brigadeirista.

Tendo em vista as suspeitas sobre o posicionamento político de Reis, é compreensível que ele tenha sido “convidado” a uma sabatina particular com os militares envolvidos no processo que o marechal Lott batizou de “movimento de volta aos quadros constitucionais” em 1955. Afinal, era preciso saber quais elementos estavam envolvidos com a fracassada conspiração contra Kubitschek. É o próprio Reis que narra o desfecho do episódio para Vieiralves:

Como é de seu conhecimento, estive no Rio. Fui até lá a chamado do novo Gabinete Militar. Conversei bastante com o General Brayner, homem de uma Inteligência rara, e coronel Souto, sub-chefe da Aeronáutica, e a cujo cargo correm os nossos assuntos.

Os políticos já tinham corrido para as intrigas e informações canalhas. Dei os esclarecimentos que pediram. Fiz uma exposição sobre os nossos trabalhos, de mapa aberto. Ao fim, disseram-me que estavam satisfeitos e me cumprimentaram. (...) Á noite, telefonou o coronel dizendo que estava tudo certo: o presidente mantinha-me no cargo.<sup>12</sup>

É compreensível que os diversos incidentes e polêmicas cultivadas ao longo de seu comando sob a SPVEA tenham lhe originado tal frustração e ressentimento com o jogo político, especialmente o partidário. Mas em dezembro de 1955, Reis finalmente largaria a autarquia.

No ano seguinte, Arthur Reis aceitaria o convite para se tornar diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). A exemplo da SPVEA, Reis vinha participando das discussões técnicas sobre o projeto antes do instituto ser inaugurado<sup>13</sup>. O historiador empreendeu uma série de medidas para aparelhar o Inpa, mas elas foram limitadas pelos poucos recursos da sua agência mantenedora, o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (Cnpq).

---

<sup>11</sup> GABINETE DO PALÁCIO RIO NEGRO. Alberto de Resende Rocha (Curriculum vitae). Sem data, p. 2. Acervo ACFR, Caixa Documentos particulares de Arthur Reis.

<sup>12</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Carta a Newton de Menezes Vieiralves*. Belém, 02 Dez. 1955, p. 1. Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 50 II.

<sup>13</sup> A criação do Inpa se deu em 1952 após intensa campanha na imprensa contra a iniciativa do Instituto da Hileia Amazônica, projeto de instituto científico internacional proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1960 (REIS, 2005, p. 45).



Em meados de 1958, uma rotineira reunião de prestação de contas toma ares inesperados quando Arthur Reis anuncia sua renúncia. O historiador havia convidado diversas personalidades locais, dentre elas o juiz Benjamin Brandão, o industrial Isaac Sabbá e o empresário Cosme Ferreira Filho. É importante ressaltar as misteriosas palavras de Arthur Reis ao final do seu discurso: “Toda cautela será necessária. Falo-vos o bastante nesse aviso. Nada mais posso acrescentar” (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 jul. 1956, p. 1).

Levando em consideração que os convidados especiais de Arthur Reis eram notórios críticos do então governador do Amazonas Plínio Coelho, a suposição de que fosse uma ameaça interna não soa tão improvável assim. Afinal, Benjamin Brandão era ligado a Ruy Araújo, o rival de Plínio Coelho no pleito de 1954 (ITUASSU, 1998, p. 131). Além de tio de Arthur Reis, Cosme Ferreira Filho era também adversário político de Coelho e membro da ACA (DINIZ, 2002, p. 132). E Isaac Sabbá foi o pivô do conflito entre o governador e a entidade patronal quando este a presidiu.<sup>14</sup>

Não é apenas pela lista de convidados que podemos entender a mensagem que Arthur Reis desejava passar. O momento também é um indicativo poderoso. Em outubro de 1958, Gilberto Mestrinho, apoiado por Plínio Coelho, ganhou o pleito para governador, mas teve sua vitória contestada na Justiça Eleitoral pelos adversários da coligação UDN-PSD.

Talvez as palavras enigmáticas palavras finais de Reis estivessem alertando sobre o perigo que os governos trabalhistas representavam para o Amazonas, uma vez que durante aqueles anos polarizados da Guerra Fria, o fantasma do comunismo rondava a América Latina. E a proximidade dos trabalhistas com os comunistas não era novidade.

Seja como for, é interessante como o desentendimento entre Reis e os políticos, especialmente Plínio Coelho, foi agravado pelas informações trazidas justamente por seus adversários udenistas. Na situação, Vieiralves age tal qual Iago em Otelo, fomentando ainda mais ódio em Reis.

Assim como também é interessante que apesar do seu apartidarismo, Arthur Reis tenha um relacionamento melhor com os udenistas. O partido amargou inúmeras vitórias eleitorais e a radicalização da Guerra Fria o transformou aos poucos em um local em que

---

<sup>14</sup> Segundo QUEIRÓS (2016, p. 55) Plínio Coelho não repassou verbas para a ACA quando esta se encontrava sob a presidência de Isaac Sabbá, possivelmente por este pertencer ao partido rival do governador, o que foi amplamente criticado na imprensa.



o golpismo surgisse como uma estratégia justificável para muitos de seus membros. Talvez aí resida o nexa da aproximação entre Reis e udenistas.

### **A hora da vingança: o ocaso do trabalhismo amazonense**

Em 1961 Arthur Reis seria nomeado pelo Secretário de Educação do estado da Guanabara, Flexa Ribeiro, como diretor da Seção de Documentação e Pesquisa Histórica. O então governador da Guanabara era Carlos Lacerda.<sup>15</sup>

Empossado em janeiro de 1961, Reis demitiu-se em agosto do mesmo ano porque o governador estava expedindo despachos que eram de sua competência, atropelando assim a sua autoridade. “Não sou homem de sensibilidade à flor da pele, mas não posso deixar que o meu nome seja diminuído da maneira por que foi”, confessaria o historiador em carta ao Secretário de Educação.<sup>16</sup>

Arthur Reis procurava construir uma reputação sem nódoas, posta que era essencialmente “técnica”, ou seja, baseada na neutralidade e na fidelidade aos métodos racionais de administração. Mas, para seu infortúnio, encontrava-se cercado de pessoas que pensavam e agiam diferentemente.

Ressentimento, como bem definiu Pierre Ansart, é uma emoção indissociável da sensação de impotência continuada. Por mais que Arthur Reis conseguisse convencer os altos círculos do poder, sua imagem pública ainda assim ficava desgastada. Ontem, tal como hoje, acusações veiculadas na imprensa eram difíceis de serem remediadas.

Para a opinião pública, o fracasso da SPVEA ainda recaía sob as costas do superintendente, que, segundo muitos, agira para favorecer o seu partido favorito ou mesmo em benefício próprio.

Não havia muito que Reis pudesse fazer para reverter esse estado de coisas. No Amazonas, Plínio Coelho não só elegeu seu discípulo, Gilberto Mestrinho, em 1958, como também se reelegeu em 1962. Ainda que os adversários alegassem que as urnas tivessem sido fraudadas em todas as oportunidades, era inegável que Coelho e Mestrinho eram bem populares.

Impossibilitado de arrefecer a influência de Plínio Coelho diante da voz das urnas, restava então outra possibilidade. O elitismo e o antipartidarismo, dois ramos da nossa

---

<sup>15</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Curriculum vitae*. s/data, p. 1. Acervo ACFR, Caixa Documentos Particulares de Arthur Reis.

<sup>16</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Carta ao Sr. Secretário de Educação, Flexa Ribeiro*. Rio de Janeiro, 19 Ago. 1961, p. 1. Acervo ACFR, Caixa Correspondência, Anos 60 I.





tradição autoritária, eram tendências fortes durante a República Democrática e Arthur Reis se inseriu nessa corrente por meio de sua trajetória enquanto “técnico”. Uma ruptura institucional era vista como plenamente justificável para grupos devedores dessa perspectiva. Para eles, o voto não representava nada quando a “massa” era facilmente “manipulável”.

Sobre as forças que rejeitavam a tradição trabalhista, especialmente por legitimar a ascensão social dos pobres, seja no Amazonas ou no Brasil como um todo, Daniel Aarão Reis Filho (2017, p. 344) aponta que “não se tratava, muitas vezes, de algo racional”. Havia sim argumentos razoáveis, mas também sentimentos contrários ao painel que a história recente apresentava.

Sabemos muito bem que em 31 de março de 1964, a deposição do presidente João Goulart por militares e políticos insatisfeitos com os rumos de seu governo foi mais um capítulo dos inúmeros golpes que nossa República sofreu. Mas o que poucos sabem no Amazonas é que existiram tentativas anteriores de golpe. Arthur Reis, após o sucesso da “Redentora”, lembrou que já tinha participado de uma conspiração no Amazonas para utilizar o “método revolucionário” entre 1956 e 1958 (REIS, 1970, p. 23). Talvez estivesse se referindo a um golpe contra Mestrinho que nunca saiu do papel.

O fato é que quem contribuiu para enfraquecer o trabalhismo amazonense diante dos golpistas foi seu mais destacado líder, Plínio Coelho. Em seu segundo mandato, ele revelou-se mais conservador, reprimindo duramente greves e manifestações, desmobilizando setores onde se baseava o poder de seu partido. Com a consumação do Golpe em 1964, Coelho debandou-se para o lado dos militares, tentando agradar-lhes. Em junho, contudo, o governador foi cassado. O substituto indicado por Castelo Branco e confirmado pela Assembleia Legislativa foi Arthur Reis, que se encontrava em um evento internacional em Genebra (FIGUEIREDO, 2013, p. 88-89).

Enquanto governador, Arthur Reis deteve então poder para restituir o que pensou que Coelho tinha prejudicado: sua imagem pública e seu estado. E o caminho passava não apenas por leis, mas pela mobilização da imprensa a seu favor.

Uma das primeiras medidas tomadas por Arthur Reis como governador é conceder uma entrevista aos jornais locais, assegurando que “já disse que meu governo será assentado em bases técnicas” (O TRABALHISTA, 27 jun. 1964, p. 8).

No dia seguinte, ao visitar o Palácio Rio Negro, sede do governo, o historiador-governador mandaria chamar os jornalistas imediatamente. Apontando os corredores apinhados de cadeiras, os assentos de estofados rasgados e os estrados de madeira



utilizados por vigias para dormir em suas exíguas guaritas, Reis concluía que o Palácio tinha se tornado uma “casa arrasada” e vaticinava:

Eu sabia do descalabro que imperava no Estado, porém não imaginava que estivesse assim. O trabalho de recuperação deste Estado é tremendo. (...) Não vim com a intenção de praticar atos de energia. Porém, agora estou convencido de que serei obrigado a tal. Os responsáveis por tudo isto terão que prestar contas (...) (JORNAL DO COMÉRCIO, 01 jul. 1964, p. 4).

Desde 1962, a residência oficial do governador tornara-se o Palácio Rodoviário. A justificativa era a necessidade de uma reforma para o Palácio Rio Negro. No entanto, a atitude de Reis atingia diretamente o seu antecessor. Em suas palavras, a deplorável situação do Palácio Rio Negro era o símbolo do Amazonas trabalhista legado por Plínio Coelho.

O ex-governador publicou carta aberta a Arthur Reis na imprensa defendendo-se. Iniciava-a de forma eloquente, afirmando que em pouco tempo perdera o direito de votar e ser votado, de pertencer a qualquer partido, mas que lhe restara ao menos o direito de viver, bem como o direito de defesa. Abaixo, os argumentos centrais da carta:

Em referência aos estofados, esclareço-lhes que eles foram recuperados por mim em 1955 ou 1956, não me recordo bem. Casa do povo, o P.R.N. era visitado diariamente, por uma multidão. É óbvio que o revestimento de veludo não suportaria inteiro, o atrito de oito anos de uso. (...) Infelizmente não encontrei o Estado em boa situação financeira, a par da exigência de atuação imediata em outras obras: Juizado de Menores e Varas Criminais, funcionando no Teatro Amazonas, Instituto de Educação caindo, grupos escolares sem poderem funcionar, Penitenciária Central sem garantir reclusão etc. (O TRABALHISTA, 01 jul. 1964, p. 1).

Por mais banal que pareça a polêmica sobre o Palácio Rio Negro, ela nos revela dois importantes traços da administração de Arthur Reis que seriam reafirmados ao longo do tempo: em primeiro lugar, a constante comparação com um passado trabalhista negativo em todos os aspectos, e em segundo, o lugar da imprensa na reprodução dessa imagem.

Para Daniel Aarão Reis Filho foi a partir de 1964 que o trabalhismo se fez “populismo”.<sup>17</sup> Inicialmente o termo foi veiculado pela imprensa como benemérito, demonstrando a popularidade das lideranças políticas, mas posteriormente passou a expressar um pacote de características morais reprovadas pelos conservadores:

---

<sup>17</sup> Conforme Ferreira (2017), o “populismo” tornou-se conceito primeiramente para intelectuais estrangeiros que advogavam uma teoria do desenvolvimento, sendo depois adotado por pensadores nacionais transformando-se em verdadeira chave analítica do período entre 1945 e 1964, ainda que em seu bojo persistissem alguns preconceitos e elementos problemáticos sobre a relação entre Estado e trabalhadores.



paternalismo, demagogia, corrupção, peleguismo, etc. Era a argumentação discursiva necessária para legitimar a desmontagem da tradição trabalhista por meio das cassações e das mutilações na Constituição (REIS FILHO, 2017, p. 347).

Nos meses que se seguiram, Arthur Reis insistiu fortemente em seus discursos de que o trabalhismo havia degenerado a sociedade amazonense. Segundo ele, ‘nossa administração não teria grandeza’ e que os homens de governo “realizavam somente o que lhes assegurava a popularidade das fachadas do provisório” (REIS, 1965, p. 4).

Para o Arthur Reis, o trabalhismo não era um movimento cívico e isso fica patente na denúncia que fez a um jornal de São Paulo: flâmulas do PTB teriam sido substituídas pela bandeira nacional nas hastes do Palácio Rio Negro. Mas o próprio articulista da matéria duvidou do fato, considerando-o como um pequeno exagero por parte do então governador do Amazonas (A GAZETA, 19 nov. 1964, p. 3).

Contudo, não há documento que expresse melhor o ódio de Arthur Reis contra o trabalhismo que uma carta enviada a Tristão de Athayde, pseudônimo do pensador católico Alceu Amoroso de Lima, no início de novembro de 1964. Reis garantia que, “(...) pelo menos aqui [no Amazonas], não se cometeram injustiças” e cita apenas um dos fatos que comprovaria a decadência política do estado:

O simples fato de minha presença em missa domingueira e em atos oficiais, com minha mulher, ou não, é motivo para espanto. Porque o que ocorria anteriormente era a presença do Governador em companhia das amantes e nunca da esposa.<sup>18</sup>

Reis apelava assim para o conteúdo moral, tão valorizado por Lima, para justificar o extremismo proposto pelas medidas punitivas: tratava-se de realizar mudanças profundas, pois hábitos lascivos permitidos pelo trabalhismo haviam se enraizado na cultura amazonense. E, pior, “(...) o que havia no Amazonas, com o apodrecimento das instituições políticas e sociais, é que preparava o advento do comunismo”.<sup>19</sup>

Em um artigo para comemorar a “Revolução” em 1970, Arthur Reis pinta um quadro marcado pelo autoritarismo: o PTB reinava absoluto diante da “oposição mínima” oferecida por “meia dúzia de deputados do PSD”. É curioso que Reis não tenha citado a UDN como inimiga natural do trabalhismo na Assembleia, ainda que os mais destacados opositores dos governadores tenham pertencido a essa legenda (REIS, 1970, p. 19).

<sup>18</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Carta a Tristão de Athayde*. Manaus, 03 Nov. 1964, p. 1. Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 60 II.

<sup>19</sup> Idem, p. 2.



Os governadores trabalhistas agiam, segundo o historiador, como tiranos, tomando atitudes controversas impunemente, como a exoneração do general Augusto César Moniz Aragão. Evidentemente, Reis não cita a origem do desagravo entre Mestrinho e o general, pois poderia comprometer a argumentação de que o trabalhismo sempre agiu à revelia da lei.

A título de esclarecimento, em agosto de 1962, o general Moniz Aragão atendeu ao apelo que a oposição vinha fazendo aos comandantes militares regionais desde 1960: soldados para realizar a segurança pessoal dos candidatos a governador nos comícios. A medida batia frontalmente contra o princípio de neutralidade das Forças Armadas no processo eleitoral. Mestrinho admoestou o general em público no bairro Educandos, sendo posteriormente exonerado da função de Comandante Militar da Amazônia (FIGUEIREDO, 2013, p. 95).

Reconhecer que um governador trabalhista defendeu a legalidade institucional contra um dos líderes do Golpe de 1964 implicaria dar algum mérito aos adversários da “Redentora” e mais um achaque à Constituição. Daí Reis omitir a origem da exoneração do general Moniz Aragão.

Mas os ataques ao trabalhismo não se realizaram somente através do discurso, mas por meio da repressão. Em 10 de agosto de 1964, Arthur Reis manda que a polícia militar invada a Assembleia Legislativa, cerque o Tribunal de Justiça, feche a oficina do jornal O Trabalhista e prenda Plínio Coelho. Após pedir diversas vezes que os parlamentares não votassem pelo aumento de sua remuneração e do Judiciário, Reis tomou a atitude em represália. Em seu entendimento Coelho estava por trás de tudo.

Mas os desembargadores, incitados a analisar o processo contra Plínio Coelho, concedem habeas corpus ao ex-governador por entender que Arthur Reis não tinha competência para prender alguém sem acusação formal. Emissários do presidente, marechal Castelo Branco, foram enviados para sanar a crise de forma diplomática. As negociações pareciam progredir até que no dia 12 de agosto Arthur Reis recebeu um telefonema de sua esposa informando que Plínio Coelho fora posto em liberdade “e que simpatizantes de sua causa festejavam o acontecimento com grande alarido” (O JORNAL, 13 ago. 1964, p. 1).

Segundo a narrativa que estampou as manchetes dos jornais no dia seguinte, o governador teria se irritado sobremaneira com este fato ao ponto de redigir sua carta de renúncia de imediato e se dirigido junto com sua esposa à Assembleia. Lá ele teria entregado a Ruy Araújo seu pedido de renúncia argumentando que “(...) Cheguei a



conclusão de que querem novamente ladrões no Governo.’ Sua esposa, visivelmente emocionada, concluiu: ‘Ladrões e corruptos’ (O JORNAL, 13 ago. 1964, p. 1).

Nada poderia ser mais simplista e reducionista, mas também extremamente conveniente para os adeptos da solução autoritária, pois, como assevera Carlos Fico,

O recurso à noção de crise moral como explicação para os problemas brasileiros é uma forma tanto de isolá-los de seu contexto político, social e econômico, quanto de justificar a necessidade de uma ‘ampla reforma moral’, como se propunha a ‘missão civilizadora’ dos militares (FICO, 1997, p. 45).

Plínio Coelho recorreu ao STF ainda em outubro de 1964, uma vez que o governador recusara-se a acatar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Afinal, a prisão de Coelho foi a condição imposta por Reis para permanecer no cargo. Os ministros que apreciaram a sua petição reconhecendo a competência do Judiciário amazonense, que já se havia pronunciado pelo habeas corpus, endossaram sua sentença.

A sentença favorável do Tribunal não impediu Reis de manter sua disposição de prender Coelho, que recorreu ao STF. Os ministros também concederam habeas corpus. Preferindo não arriscar, Coelho não retornou a Manaus (FIGUEIREDO, 2013, p. 139).

Blindado pelo regime de exceção inaugurado pelo Golpe de 1964, o ressentimento de Arthur Reis pode finalmente ser aplacado com a desarticulação do poder dos trabalhistas e com o calvário de seu mais destacado membro. Em outros estados, a ruptura institucional permitiu que vendetas pessoais também fossem realizadas abertamente, como se o rancor acumulado durante o período de 1945 a 1964 o fim da democracia como preço a se pagar para amainar seus efeitos.

### **Considerações finais**

Fica perceptível que há algo de pessoal em toda a perseguição realizada por Arthur Reis enquanto governador a Plínio Coelho, uma vez que esta foi a única condição que ele impôs aos militares para continuar no poder.

É claro que há uma confluência entre os valores cultivados por Reis e o sentimento de frustração suscitado pela experiência na SPVEA. Aquilo que seu antipartidarismo mais desprezava encontrou na figura de Plínio Coelho sua imagem encarnada. Nesse sentido, é difícil dizer até que ponto Reis atacava o trabalhismo por conta de seu elitismo ou por seu rancor para com Coelho. Afinal, a política ainda era muito personalista e, como transparece na exposição à Tristão de Athayde, Arthur Reis considerava o estado de coisas no Amazonas (corrupção e lassidão suscitando o comunismo) como uma obra de



Coelho, posto que fora a partir de sua vitória em 1954 que os governos trabalhistas se consolidaram no poder estadual.

Na trajetória de Arthur Reis fica evidente o quanto ódios pessoais podem se estender a todo um regime, por entender que este valida o “injusto” sucesso de seus desafetos. Ao analisar a biografia daqueles que encetaram o Golpe de 1964 talvez o leitor se surpreenda em perceber o quanto essa percepção pode ser recorrente.

É doloroso aceitar que o ressentimento assume ainda uma posição central em nossa política contemporânea, especialmente a partir do atual governo, prodigioso somente em eleger inimigos imaginários. É mais doloroso ainda perceber que muitos argumentos utilizados para condenar a tradição trabalhista persistem na arena pública com a sanção de “peritos” e “especialistas”.

Difícilmente o rancor poderá ser extirpado da política, uma vez que essa “flor do mal” acompanha o ser humano onde quer que ele vá. Mas é possível que a consciência crítica nos torne mais atentos a seus efeitos, especialmente sobre nós mesmos. Não é algo simples e demanda um esforço constante. A cura para o ébrio também o é. Mas se queremos sobreviver a tantas ressacas de ódio, esse é o caminho.

**Data de Submissão:** 16/11/2020

**Data de Aceite:** 11/02/2021

**Fontes:**

*Jornal do Comércio*, 11 fev. 1955.

*Jornal do Comércio*, 27 jul. 1956.

*Trabalhista*, 27 jun, 1964.

*Jornal do Comércio*, 01 jul. 1964.

*O Trabalhista*, 01 jul. 1964.

*O Jornal*, 13 ago. 1964.

*A Gazeta*, 19 Nov. 1964.

Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 50 II.

Acervo ACFR, Caixa Correspondência, Anos 60 I.

Acervo ACFR, Caixa Correspondência Anos 60 II.

Acervo ACFR, Caixa Documentos particulares de Arthur Reis.





### Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas (1951-1954)**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BATISTA, Djalma. Dados biográficos de Álvaro Maia. In: PORTO, Arlindo; PARENTE, Raimundo (Orgs.). **Álvaro Maia**: poliantéia. Manaus: UBE-AM, 1984.

CUELLAR, Jaime; PETIT, Peri. O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará: apoios e resistências. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 49, jan/jun 2012.

DANTAS, Hélio. **Arthur Cezar Ferreira Reis**: trajetória intelectual e escrita da História. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos imortais do Amazonas**: Dicionário biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. **O populismo e sua história**: debate e crítica. 4ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2017.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Paulo. **O golpe militar no Amazonas**: crônicas e relatos. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2013.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: \_\_\_\_\_. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 139.

GOMES, Leila Margareth Rodrigues. **Movimentos sociais na obra de Arthur Reis**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus, 2009.

ITUASSU, Oyama Cesar. **Memórias do meu tempo**. Manaus: Ed. Autor, 1998.

LEAL, Davi Avelino. Por uma Arqueogenealogia dos Seringais: Os seringueiros na historiografia tradicional. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 1, n. 1, 2007.



PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). **História**, São Paulo, vol. 28, n. 2, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2004). Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. In: Novo mundo, mundos novos: Colóquio da I Jornada de História das Sensibilidades, EHESS, Paris: França, 2004. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em: 12 nov. 2015.

QUEIRÓS, César Augusto Bubloz. O trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. **Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15, jan/jun. 2016.

\_\_\_\_\_. ‘Papagaio que está trocando de penas não fala’: autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do Golpe de 1964. **História Unisinos**, vol. 23, jan/abr 2019, p. 73-83.

\_\_\_\_\_. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945-1954). **Mundos do Trabalho**, v. 12, p. 1-23, 2020.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a integridade nacional**. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. A Revolução de Março em sua ação moralizadora e construtiva no Amazonas. In: ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS. **Revolução, evolução**: Sexto aniversário da Revolução. Brasília: Aerp, 1970.

\_\_\_\_\_. **Dois anos de Governo**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.

\_\_\_\_\_. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: origem, objetivos, funcionamento e sua contribuição para o conhecimento realístico da Amazônia. **Raízes da Amazônia**, Manaus, vol. 1, 2005.

\_\_\_\_\_. **O seringal e o seringueiro**. 2ª ed. Manaus: Universidade do Amazonas/ Governo do Estado do Amazonas, 1977.

\_\_\_\_\_. **Temas amazônicos**. Manaus: Imprensa oficial, 1983.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 4ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2017.

REMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. FGV: Rio de Janeiro, 2003.

ROLIM, Amarildo Rodrigues. **Do sonho à realidade**: os ideais trabalhistas de desenvolvimento econômico para o Amazonas na década de 50 e 60 do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. FGV: Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Lademe Correia. **Arthur Reis e a História do Amazonas**: um início em grande estilo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós Graduação em História, Manaus, 2009.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Arquitetura do poder**: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: EDUA, 2009.

